

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FeSaúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 990.12420/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

A empresa, TO INTEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF nº 19.623.312/0001-80, neste ato representada por AINA DE OLIVEIRA ISRAEL, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, tendo em vista manifestação, tempestiva, emitida pela empresa ora recorrente, pelos motivos fáticos e de direito que passa a discorrer.

DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS

A ora requerente, participou do certame licitatório em questão, ocorrido no dia 24 de Julho de 2023 às 10 horas, cujo objeto é Registro de Preços AQUISIÇÃO MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS para atender as demandas das unidades da rede de Atenção à Saúde geridas pela Fe Saúde.

No transcorrer do pregão a empresa ora recorrente manifestou, tempestivamente, intenção de recorrer, como se demonstra:

" Sr. Pregoeiro, venho apresentar esta intenção de recurso por discordar da classificação da proposta em face da empresa LIDER BALANÇAS, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA - A referida empresa apresentou especificação técnica do produto, porém o mesmo não possui "Display com 06 dígitos em LCD com backligh" conforme descrito e solicitado no edital."

Ocorre que a empresa MARCOS RIBEIROE CIA LTDA, CNPJ: 46.686.119/0001-60 que teve sua proposta aceita não atende ao edital em virtude do equipamento apresentado não possuir em suas especificações técnicas a seguinte função (Display com 06 dígitos em LCD com backligh) exigida no termo referência. Sendo assim, o produto ofertado não está de acordo com as determinações editalícias, e dessa forma, compromete-se a isonomia da licitação.

A competição deve ser justa entre os participantes, a proposta deve corresponder ao solicitado no edital e o produto cumprir estritamente as especificações editalícias.

O artigo 3º da Lei 8.666/93 dispõe que:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010).

O princípio da igualdade significa, segundo José dos Santos Carvalho Filho, "que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro." DIREITO CONSTITUCIONAL, Atlas, 6ª ed., São Paulo, 1999, p.194.

No caso o concorrente que teve sua proposta aceita e habilitada no item 04 não apresentará os produtos em conformidade com o edital e suas propostas (conforme se demonstra pelos catálogos enviados), além de não vincular-se ao edital, está tendo tratamento diferenciado em relação aos demais concorrentes, infringindo-se assim, o princípio da igualdade, já que suas propostas foram aceitas mesmo em desconformidade.

No que tange a vinculação ao edital esse princípio impõe que o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto aos licitantes, quanto a Administração que o expediu.

Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

Nesse sentido, as especificações dos produtos devem estar em estrito acordo com o estipulado no edital, o que não é o caso do produto ofertado pela empresa MARCOS RIBEIROE CIA LTDA, CNPJ: 46.686.119/0001-60 no item 04

Comprovado que os produtos ofertados pela empresa referida NÃO ATENDEM AO EDITAL.

Sendo assim, cabe ao pregoeiro fazer todas as diligências possíveis, antes da adjudicação, visando eficiência e eficácia do pregão, uma vez que diversos Órgãos Públicos tem sido induzidos a erro, aceitando a simples declaração de que o produto atende ao edital, acarretando diversos transtornos e prejuízos ao erário público, uma vez que certas empresas deixam de entregar ou entregam produtos que não atendem as necessidades dos setores solicitantes.

Assim, diante do fato exposto deve ser desclassificada a proposta da empresa MARCOS RIBEIROE CIA LTDA, CNPJ: 46.686.119/0001-60, uma vez que resta evidenciado vício insanável. Se for adjudicada tal licitação, estará o Pregoeiro, modificando e DESVIRTUANDO, todo o espírito dos princípios que norteiam os atos da administração pública, devidamente expressos em Nossa Carta Magna (art. 37) e também na Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais legislação complementar.

Não desclassificando o licitante vencedor, estará se infringindo o interesse público, tendo em vista que o mesmo não conseguirá entregar o material adequado com as especificações editalícias causando conseqüentemente prejuízo ao erário.

Dos fatos apresentados, verifica-se a legitimidade para recorrer, estando condicionado o Pregoeiro a aceitar as razões recursais.

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA RECORRER

O Recurso Administrativo, como corolário do duplo grau de jurisdição administrativo e do direito de petição, e de estrita observância aos princípios Constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, é a forma a ser utilizada pelo administrado no intuito de obter reforma de ato administrativo, devendo ser dirigido à autoridade competente.

"Constituição Federal de 1988:

.....

Artigo 5.º, LV – aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Artigo 5.º, XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”.

Assim, leciona Benedicto de Tolosa Filho, em sua obra “Pregão - Uma Nova Modalidade de Licitação”, pg.78, in verbis:

“Quando houver irregularidade no procedimento da licitação, pela ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a abertura deverá promover sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, fundamentando sua decisão, observando o direito de ampla defesa previsto no art.49 da Lei Federal, nº 8666/93, o que resulta, evidentemente, na anulação do contrato.”

Ainda cabe ressaltar o descrito na lei 8.666/93, que em seu art. 3º, Caput, preceituou expressamente que:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório,...”.

Assim, diante do fato exposto deve ser desclassificada a proposta da empresa MARCOS RIBEIROE CIA LTDA, CNPJ: 46.686.119/0001-60 para o item 04, no referido Pregão, uma vez que sua proposta não atende ao edital, infringindo-se aos princípios da vinculação ao edital e da igualdade.

DO PEDIDO

Diante das considerações e disposições acima, respeitosamente requer-se a desclassificação da proposta da empresa MARCOS RIBEIROE CIA LTDA, CNPJ: 46.686.119/0001-60 no Pregão Eletrônico de nº 021/2023, no item 04, pois esta eivada de vício ferindo de forma brutal os princípios administrativos, não atendendo as especificações editalícias.

Em caso de não atendimento dos requerimentos acima expostos, que seja possibilitado o acompanhamento da entrega e vistoria dos materiais, nas datas em que estes forem apresentados pelo licitante vencedor.

Requer ainda, que este recurso seja acolhido na sua íntegra.

São Gonçalo, 16 de Agosto de 2023

Thainá de Oliveira Israel

Voltar Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

À FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023
Processo 990.12420/2023

MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sob o n.º de CGC/MF de n.º 46.686.119/0001-60, estabelecida à Av. Jorge Mellen Rezek, n.º 3.411, na cidade e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, por seu representante legal Sr. MARCOS RIBEIRO, portador do Rg de n.º 11.078.371 SSP/SP e do CPF/MF de n.º 004.645.278-80, brasileiro, divorciado, sócio gerente da empresa, residente e domiciliado à na Rua Ary Villela Martins, 124, Condomínio Residencial Habiana I, na cidade de Araçatuba/SP, vem respeitosamente á presença de V.SRA, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA, do qual demonstrará que os fundamentos apresentados não possuem embasamento jurídico

DA RAZÃO DO RECURSO E SEU DESCABIMENTO

Trata-se de recurso administrativo proposto por TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA, alegando que a recorrida não atende ao edital quanto ao item 04

Todavia, referidas alegações não podem prosperar, visto que totalmente infundadas

Inicialmente cumpre destacar que esta recorrida abriu o procedimento licitatório em questão tendo como objeto descrito abaixo:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS, COM O FITO DE HIGIENIZAÇÃO E CURATIVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE GERIDAS PELA FESAÚDE..

A empresa recorrida participou do certame para disputar o item 04 que possui a seguinte descrição

Balança Profissional Portátil. Capacidade máxima de 200Kg, divisões de 50g. Visor em Led. Display com 06 dígitos em LCD com backlighth. Bateria recarregável. Fonte de alimentação externa de 90 a 240 VAC, com chaveamento automático. Bivolt. Plataforma em chapa de aço carbono. Tapete adesivo em PVC. 01 ano de garantia.

Para tanto apresentou a seguinte proposta para a qual sagrou-se vitoriosa:

Irresignada, a recorrente apresentou recurso alegando que o equipamento da recorrida não atende ao edital pois não tem 6 dígitos de LCD com backlight.

Sem razão, contudo.

O produto ofertado pela Recorrida atende perfeitamente as exigências, na sua integralidade, seja quanto a capacidade, dimensão, componentes, voltagem, dimensões ou qualquer outro aspecto exigido no edital.

Por tratar-se de empresa fabricante do produto ofertado, possui possibilidades diversas de configuração do produto, inviabilizando lançar no catálogo todas as características possíveis, já que são inúmeras as possibilidades e opcionais que podem ser incluídos no produto,

Ora, no site e catalogo consta a mensagem de medidas, configurações e opcionais personalizadas, possibilitando a produção de um produto de acordo com a necessidade do cliente. (PERSONALIZADO)

Nota-se claramente que no manual constante no site há descrição que o display de Cristal Líquido (LCD) com 06 dígitos

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

NO CATALOGO TAMBÉM CONSTA CLARAMENTE:

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Além do catalogo ser claro que outras opções também são atendidas na ultima pagina do catalogo logo após o quadro de dimensões:

Obs: O presente catálogo não comporta todas as possibilidades e especificações disponíveis do produto, sendo que há outras possibilidades, especificações especiais, alterações de acessórios e personalização sob consulta.

No mais, com o intuito de demonstrar cabalmente, abaixo segue a foto do modelo real do equipamento ligado, sendo configurado a data de hoje (23/08/23) para demonstrar que equipamento possui os 06 dígitos em LCD com backlight:

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Inclusive o modelo utilizado já encontra-se verificado pelo INMETRO, estando com os devidos selos

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Ou seja, os argumentos apresentados são rebatidos com fotos reais, não pairando quaisquer pontos questionáveis.

Todas as exigências podem e serão atendidas em 100 % (cem por cento) de seus requisitos, posto que a recorrente é a própria fábrica, logo tem a aptidão e a capacidade técnica para oferecer os produtos como foram e são exigidos, independentemente do item solicitado e suas características.

Ainda, necessário frisar que a Recorrida se compromete a entregar os produtos de acordo com as exigências lançadas no Edital, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no ordenamento jurídico, posto que a própria legislação já institui penalidades para tal descumprimento.

Destaca-se que na proposta apresentada há especificamente a declaração da licitante quanto a entrega de acordo ao exigido no certame:

Disposições Finais

- Declaração de que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
- Declaramos que o produto ofertado é de primeira linha e atende integralmente a todas as especificações exigidas no edital e seus anexos;
- Declaramos conhecer e nos submeter a todas as cláusulas, condições e obrigações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos e ainda que nossa proposta atende integralmente as especificações contidas no edital.
- Declaramos que conhecemos e nos submeter a todas as estipulações estabelecidas no ato convocatório do certame, bem como as disposições da Lei nº. 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06 e 127/07, que rege o presente.
- Declaramos estarem inclusos todos os custos e despesas, tais como diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, embalagens, lucro, frete, carga e descarga, instalação e treinamento se constante em edital e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.
- Declaramos fornecer juntamente com o equipamento manuais de operação elaborados conforme normas técnicas e em Português.
- Declaramos que, estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 E NÃO SOMOS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL.
- Garantimos assistência técnica local qualificada e especializada na vigência do prazo de garantia, sem ônus

Logo a oferta é apresentada com a ciência de todas as sanções legais que podem ser impostas em decorrência de eventual descumprimento.

Assim, o produto ofertado atende os requisitos, visto que será entregue com todas as características necessárias, uma vez que, frisa-se novamente, é a representante da fabricante do produto e pode fazer nos moldes necessários e ofertados.

Logo, resta comprovado o atendimento integral do equipamento

O Tribunal Estadual, ao analisar recurso interposto pela Volkswagen do Brasil Ltda, contra Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de São Paulo – Diretoria de Logística, que estava adquirindo veículos novos para frota proferiu a seguinte decisão, cuja decisão SEGUE:

[...] “b) a desclassificação por ausência do catálogo revelaria rigorismo excessivo, vez que tal exigência objetiva tão somente trazer informações que facilitem a análise das propostas [...] decisão na integra pode ser consultada no link: https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/9_-043366_026_10_e_outros_-_pm-frota.pdf

Portanto, um dos principais Tribunais de Contas Estadual e o Tribunal de Contas da União, entendem um rigor excessivo em caso de desclassificação ou desclassificação em problemas decorrentes dos catálogos.

Ora, a Lei nº 8.666/93 disciplinou de modo minucioso o procedimento de licitação. Um dos caracteres mais marcantes da Lei 8.666/93 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública neste campo e a

limitação do âmbito das exigências. Senão vejamos o que diz o artigo 3º da Lei 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesta esteira, cabe transcrever a elucidativa lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, ao traçar os parâmetros da aplicação prática do supra mencionado princípio, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 14ª ed., 2002, págs. 474/475, que leciona:

"O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia, é o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório..."(g.nosso).

Não obstante, a administração quando da elaboração e julgamento da Licitação, deve respeitar as normas estabelecidas na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XX:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Bem como dispõe o art. 15 da Lei 8666/93, que:

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

Com maior sapiência e desenvoltura, o professor Marçal Justen Filho discorre sobre o assunto. Vejamos:

"Também não se admite requisitos que, restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências a especificações ou detalhamentos. Isso não significa afirmar que tais peculiaridades sejam irrelevantes". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª edição. Dialética. Página 344).

Os princípios norteadores da Licitação estão elencados no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal, resta suficientemente comprovado o desrespeito por vários deles como VINCULAÇÃO AO EDITAL, IGUALDADE E ISONOMIA, LEGALIDADE E PROPORCIONALIDADE.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello "firma a tese de que não se pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. [...] O princípio da isonomia da Administração não necessita para seu fundamento, da invocação de cânones de ordem moral. Juridicamente se estriba na convincente razão de que os bens manipulados pelos órgãos administrativos e os benefícios que os serviços públicos podem propiciar são bens de toda comunidade, embora por ela geridos, e benefícios a que todos igualmente fazem jus, uma vez que os Poderes Públicos, no Estado de Direito, são simples órgãos representantes de todos os cidadãos".

E continua lecionando que Princípio da Isonomia nos processos licitatórios:

"o princípio da isonomia (igualdade) implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o §1º do art. 3º da Lei n.º 8.666/1993, proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato".

É de suma importância que o Princípio da Isonomia seja trabalhado no decorrer do processo licitatório e não somente antes do mesmo. Depois de editado o ato convocatório, o Princípio da Isonomia continua aplicável. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Ora, a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente

ASSEGURAR AOS CONCORRENTES A OPORTUNIDADE DE CONCORREREM, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

O maior princípio é o da razoabilidade, ao qual a administração está obrigada. Mais uma vez, citamos o mestre Hely Lopes Meirelles.

De fácil intuição, a definição da razoabilidade revela-se quase sempre incompleta ante a rotineira ligação que dela se faz com a discricionariedade. Não se nega que, em regra, sua aplicação está mais presente na discricionariedade administrativa, servindo-lhe de instrumento de limitação, ampliando o âmbito de seu controle, especialmente pelo Judiciário ou até mesmo pelos Tribunais de Contas. Todavia, nada obsta à aplicação do princípio no exame de validade de qualquer atividade administrativa.

No aspecto da atuação discricionária convém ter presente ensino de Diogo de Figueiredo Moreira Neto demonstrando que a razoabilidade "atua como critério, finalisticamente vinculado, quando se trata de valoração dos motivos e da escolha do objeto" para a prática do ato discricionário. Deve haver, pois, uma relação de pertinência entre a finalidade e os padrões de oportunidade e de conveniência.

A razoabilidade deve ser aferida segundo os "valores do homem médio", como fala Lucia Valle Figueiredo, em congruência com as posturas normais ou já adotadas pela Administração Pública. Assim, não é conforme à ordem jurídica a conduta do administrador decorrente de seus critérios personalíssimos ou de seus standards pessoais que, não obstante aparentar legalidade, acabe, por falta daquela razoabilidade média, contrariando a finalidade, a moralidade ou a própria razão de ser da norma em que se apoiou.

A Lei 9.784/99 também prevê os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Assim, determina nos processos administrativos a observância do critério de "adequação entre os meios e fins", cerne da razoabilidade, e veda "imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público", traduzindo aí o núcleo da noção da proporcionalidade (cf. art. 2º, parágrafo único, VI). P. 86/87

Faz-se mister que toda licitação seja julgada de forma objetiva e justa, apoiando-se, para tanto, em fatores concretos e admissíveis solicitados pela Administração e pela Lei 8666/93, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido. Nesse sentido a Lei 8666/93 em seu art. 44 determina:

Art. 44 No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 82 Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Diante do exposto, a Contrarrazoante requer se digne a Ilustre Comissão Julgadora A NEGAR O RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado, visto estar em consonância ao disposto no Edital, bem como aos requisitos estipulados pelo Órgão como MEDIDA DE JUSTIÇA, evitando assim impetração de Mandado de Segurança e Representação junto ao Tribunal de Contas.

Nesses termos,
pede deferimento.

Araçatuba/SP, 23 de agosto de 2023

MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA (CONTRATANTE)
MARCOS RIBEIRO - SÓCIO
CPF: 004.645.278-80

Voltar **Fechar**

À FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI**PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2023****Processo 990.12420/2023**

MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sob o n.º de CGC/MF de n.º 46.686.119/0001-60, estabelecida à Av . Jorge Mellen Rezek, n.º 3.411, na cidade e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, por seu representante legal Sr. MARCOS RIBEIRO, portador do Rg de n.º 11.078.371 SSP/SP e do CPF/MF de n.º 004.645.278-80, brasileiro, divorciado, sócio gerente da empresa, residente e domiciliado à na Rua Ary Villela Martins, 124, Condomínio Residencial Habiana I, na cidade de Araçatuba/SP, vem respeitosamente á presença de V.SRA, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, do qual demonstrará **que os fundamentos apresentados não possuem embasamento jurídico**

DA RAZÃO DO RECURSO E SEU DESCABIMENTO

Trata-se de recurso administrativo proposto por **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, alegando que a recorrida não atende ao edital quanto ao item 04

Todavia, referidas alegações não podem prosperar, visto que totalmente infundadas

Inicialmente cumpre destacar que esta recorrida abriu o procedimento licitatório em questão tendo como objeto descrito abaixo:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS, COM O FITO DE HIGIENIZAÇÃO E CURATIVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE GERIDAS PELA FESAÚDE..

A empresa **recorrida** participou do certame para disputar o item 04 que possui a seguinte descrição

Balança Profissional Portátil. Capacidade máxima de 200Kg, divisões de 50g. Visor em Led. Display com 06 dígitos em LCD com backlighth. Bateria recarregável. Fonte de alimentação externa de 90 a 240 VAC, com chaveamento automático. Bivolt. Plataforma em chapa de aço carbono. Tapete adesivo em PVC. 01 ano de garantia.

.

Para tanto apresentou a seguinte proposta para a qual sagrou-se vitoriosa:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO / MARCA / MODELO	PREÇO UN. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
04	62	UN	Balança Profissional Portátil. Capacidade de 200Kg, divisões de 50g. Visor em LCD. Display com 06 dígitos em LCD com backlighth. Bateria recarregável. Fonte de alimentação externa de 90 a 240 VAC, com chaveamento automático. Bivolt. Plataforma em chapa de aço carbono. Tapete adesivo em PVC. MARCA: LIDER, FABRICANTE LIDER BALANÇAS, MODELO: P200M CAPACIDADE 200KG DIVISÃO 50G PLATAFORMA 28X32CM PROCEDÊNCIA NACIONAL CERTIFICADA, APROVADA E AFERIDA PELO IPEM/INMETRO.	R\$ 1.883,00	R\$ 116.746,00

Irresignada, a recorrente apresentou recurso alegando que o equipamento da recorrida não atende ao edital pois não tem 6 dígitos de LCD com backlight.

Sem razão, contudo.

O produto ofertado pela Recorrida atende perfeitamente as exigências, na sua integralidade, seja quanto a capacidade, dimensão, componentes, voltagem, dimensões ou qualquer outro aspecto exigido no edital.

Por tratar-se de empresa fabricante do produto ofertado, possui possibilidades diversas de configuração do produto, inviabilizando lançar no catálogo todas as características possíveis, já que são inúmeras as possibilidades e opcionais que podem ser incluídos no produto,

Ora, no site e catalogo consta a mensagem de medidas, configurações e opcionais personalizadas, possibilitando a produção de um produto de acordo com a necessidade do cliente.
(PERSONALIZADO)

Nota-se claramente que no manual constante no site há descrição que o display de Cristal Líquido (LCD) com 06 dígitos

BALANÇA PORTATÍL

P150/180/200M

MANUAL DO USUÁRIO

A partir da versão 1080A1

Revisão A1

p150-180-200m

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- Capacidades disponíveis: 150, 180 e 200kg;
- Sistema de medida de peso central, minimizando o erro de canto e variação de peso com temperatura;
- Carga máxima de 150% da capacidade nominal sem danificar a balança;
- Fabricada em aço carbono e alumínio;
- Piso de borracha antiderrapante;
- Pés com regulagem de altura;
- Alça de transporte;
- Display digital de cristal líquido de 6 dígitos e altura 15mm;
- Alimentação bateria de lítio interna de 3.6V.



Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Dimensões	300x350x82mm (LxPxA)
Display	6 Dígitos LCD 7 segmentos mais ponto (dígito 15mm x 7mm)

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

NO CATALOGO TAMBÉM CONSTA CLARAMENTE:

P150M/P180M/P200M Balança – Descrição Técnica

**Principais benefícios**

- Facilidade de instalação e operação;
- Comodidade para transporte e locomoção por ser leve e compacta;
- Simplicidade, robustez e baixo custo de manutenção;
- Baixo consumo de energia;
- Longa autonomia em bateria e recarga rápida;
- Assistência técnica em todo o Brasil;

Este produto foi desenvolvido sob um rigoroso critério de precisão, conforme Portaria 236/94 do INMETRO.

Especificações Gerais

Classe de exatidão	Classe III, conforme portaria 236/94 do INMETRO.
Divisão mínima	50 a 100g
Capacidade	Modelo P150M 150kg Modelo P180M 180kg Modelo P200M 200kg
Display	Display de cristal líquido, com 6 dígitos, 7 segmentos mais ponto decimal e dígitos com dimensões de 15mm x 7,0mm.

Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Além do catalogo ser claro que outras opções também são atendidas na ultima pagina do catalogo logo após o quadro de dimensões:

Obs: O presente catálogo não comporta todas as possibilidades e especificações disponíveis do produto, sendo que há outras possibilidades, especificações especiais, alterações de acessórios e personalização sob consulta.

No mais, com o intuito de demonstrar cabalmente, abaixo segue a foto do modelo real do equipamento ligado, sendo configurado a data de hoje (23/08/23) para demonstrar que equipamento possui os 06 dígitos em LCD com backlight:



Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Inclusive o modelo utilizado já encontra-se verificado pelo INMETRO, estando com os devidos selos



Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

Ou seja, os argumentos apresentados são rebatidos com fotos reais, não pairando quaisquer pontos questionáveis.

Todas as exigências podem e serão atendidas em 100 % (cem por cento) de seus requisitos, posto que a recorrente é a própria fábrica, logo tem a aptidão e a capacidade técnica para oferecer os produtos como foram e são exigidos, independentemente do item solicitado e suas características.

Ainda, necessário frisar que a Recorrida se compromete a entregar os produtos de acordo com as exigências lançadas no Edital, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no ordenamento jurídico, posto que a própria legislação já institui penalidades para tal descumprimento.

Destaca-se que na proposta apresentada há especificamente a declaração da licitante quanto a entrega de acordo ao exigido no certame:

Disposições Finais

- Declaração de que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
- Declaramos que o produto ofertado é de primeira linha e atende integralmente a todas as especificações exigidas no edital e seus anexos;
- Declaramos conhecer e nos submeter a todas as cláusulas, condições e obrigações estabelecidas no edital de licitação e seus anexos e ainda que nossa proposta atende integralmente as especificações contidas no edital.

- Declaramos que conhecemos e nos submeter a todas as estipulações estabelecidas no ato convocatório do certame, bem como as disposições da Lei nº. 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06 e 127/07, que rege o presente.
- Declaramos estarem inclusos todos os custos e despesas, tais como diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, embalagens, lucro, frete, carga e descarga, instalação e treinamento se constante em edital e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.
- Declaramos fornecer juntamente com o equipamento manuais de operação elaborados conforme normas técnicas e em Português.
- Declaramos que, estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 E NÃO SOMOS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL.
- Garantimos assistência técnica local qualificada e especializada na vigência do prazo de garantia, sem ônus

Logo a oferta é apresentada com a ciência de todas as sanções legais que podem ser impostas em decorrência de eventual descumprimento.

Assim, o produto ofertado atende os requisitos, visto que será entregue com todas as características necessárias, uma vez que, frisa-se novamente, é a representante da fabricante do produto e pode fazer nos moldes necessários e ofertados.

Logo, resta comprovado o atendimento integral do equipamento

O Tribunal Estadual, ao analisar recurso interposto pela Volkswagen do Brasil Ltda, contra Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de São Paulo – Diretoria de Logística, que estava adquirindo veículos novos para frota proferiu a seguinte decisão, cuja decisão SEGUE:

[...] “b) a desclassificação por ausência do catálogo revelaria rigorismo excessivo, vez que tal exigência objetiva tão somente trazer informações que facilitem a análise das propostas [...] decisão na integra pode ser consultada no link:
https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/9_-_043366_026_10_e_outros_-_pm-frota.pdf

Portanto, um dos principais Tribunais de Contas Estadual e o Tribunal de Contas da União, entendem um rigor excessivo em caso de desclassificação ou desclassificação em problemas decorrentes dos catálogos.

Ora, a Lei nº 8.666/93 disciplinou de modo minucioso o procedimento de licitação. Um dos caracteres mais marcantes da Lei 8.666/93 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública neste campo e a limitação do âmbito das exigências. Senão vejamos o que diz o artigo 3º da Lei 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesta esteira, cabe transcrever a elucidativa lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, ao traçar os parâmetros da aplicação prática do supra mencionado princípio, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 14ª ed., 2002, págs. 474/475, que leciona:

"O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia, é o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório...".(g.nosso).

Não obstante, a administração quando da elaboração e julgamento da Licitação, deve respeitar as normas estabelecidas na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XX:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Bem como dispõe o art. 15 da Lei 8666/93, que:

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

Com maior sapiência e desenvoltura, o professor Marçal Justen Filho discorre sobre o assunto. Vejamos:

“Também não se admite requisitos que, restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências a especificações ou detalhamentos. Isso não significa afirmar que tais peculiaridades sejam irrelevantes”. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª edição. Dialética. Página 344).

Os princípios norteadores da Licitação estão elencados no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal, resta suficientemente comprovado o desrespeito por vários deles

como VINCULAÇÃO AO EDITAL, IGUALDADE E ISONOMIA, LEGALIDADE E PROPORCIONALIDADE.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello “*firma a tese de que não se pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. [...] O princípio da isonomia da Administração não necessita para seu fundamento, da invocação de cânones de ordem moral. Juridicamente se estriba na convincente razão de que os bens manipulados pelos órgãos administrativos e os benefícios que os serviços públicos podem propiciar são bens de toda comunidade, embora por ela geridos, e benefícios a que todos igualmente fazem jus, uma vez que os Poderes Públicos, no Estado de Direito, são simples órgãos representantes de todos os cidadãos*”.

E continua lecionando que Princípio da Isonomia nos processos licitatórios:

“o princípio da isonomia (igualdade) implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o §1º do art. 3º da Lei n.º 8.666/1993, proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”.

É de suma importância que o Princípio da Isonomia seja trabalhado no decorrer do processo licitatório e não somente antes do mesmo. Depois de editado o ato convocatório, o Princípio da Isonomia continua aplicável. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Ora, a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente ASSEGURAR AOS CONCORRENTES A OPORTUNIDADE DE CONCORREREM, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

O maior princípio é o da razoabilidade, ao qual a administração está obrigada. Mais uma vez, citamos o mestre Hely Lopes Meirelles.

De fácil intuição, a definição da razoabilidade revela-se quase sempre incompleta ante a rotineira ligação que dela se faz com a discricionariedade. Não se nega que, em regra, sua aplicação está mais presente na discricionariedade administrativa, servindo-lhe de instrumento de limitação, ampliando o âmbito de seu controle, especialmente pelo Judiciário ou até mesmo pelos Tribunais de Contas. Todavia, nada obsta à aplicação do princípio no exame de validade de qualquer atividade administrativa.

No aspecto da atuação discricionária convém ter presente ensino de Diogo de Figueiredo Moreira Neto demonstrando que a razoabilidade "atua como critério, finalisticamente vinculado, quando se trata de valoração dos motivos e da escolha do objeto" para a prática do ato discricionário. Deve haver, pois, uma relação de pertinência entre a finalidade e os padrões de oportunidade e de

conveniência.

A razoabilidade deve ser aferida segundo os "valores do homem médio", como fala Lucia Valle Figueiredo, em congruência com as posturas normais ou já adotadas pela Administração Pública. Assim, não é conforme à ordem jurídica a conduta do administrador decorrente de seus critérios personalíssimos ou de seus standards pessoais que, não obstante aparentar legalidade, acabe, por falta daquela razoabilidade média, contrariando a finalidade, a moralidade ou a própria razão de ser da norma em que se apoiou.

A Lei 9.784/99 também prevê os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Assim, determina nos processos administrativos a observância do critério de "adequação entre os meios e fins", cerne da razoabilidade, e veda "imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público", traduzindo aí o núcleo da noção da proporcionalidade (cf. art. 2º, parágrafo único, VI). P. 86/87

Faz-se mister que toda licitação seja julgada de forma objetiva e justa, apoiando-se, para tanto, em **fatores concretos e admissíveis** solicitados pela Administração e pela Lei 8666/93, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido. Nesse sentido a Lei 8666/93 em seu art. 44 determina:

Art. 44 No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos

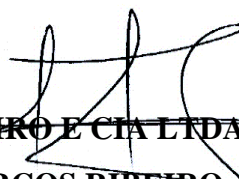
de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 82 Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Diante do exposto, a Contrarrazoante requer se digne a Ilustre Comissão Julgadora **A NEGAR O RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado, visto estar em consonância ao disposto no Edital, bem como aos requisitos estipulados pelo Órgão como MEDIDA DE JUSTIÇA, evitando assim impetração de Mandado de Segurança e Representação junto ao Tribunal de Contas.

Nesses termos,
pede deferimento.

Araçatuba/SP, 23 de agosto de 2023


MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA (CONTRATANTE)
MARCOS RIBEIRO - SÓCIO
CPF: 004.645.278-80

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FeSaúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 990.12420/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

A empresa, TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF nº 19.623.312/0001-80, neste ato representada por THAINA DE OLIVEIRA ISRAEL, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, tendo em vista manifestação, tempestiva, emitida pela empresa ora recorrente, pelos motivos fáticos e de direito que passa a discorrer.

DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS

A ora requerente, participou do certame licitatório em questão, ocorrido no dia 24 de Julho de 2023 às 10 horas, cujo objeto é Registro de Preços AQUISIÇÃO MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS para atender as demandas das unidades da rede de Atenção à Saúde geridas pela Fe Saúde.

No transcorrer do pregão a empresa ora recorrente manifestou, tempestivamente, intenção de recorrer, como se demonstra:

" Sr. Pregoeiro, venho apresentar esta intenção de recurso por discordar da Habilitação da empresa, ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA pelo não cumprimento do Item 14.4 do edital no que diz "Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação" e pelo Item 15.3.1 (c.3) a referida certidão Fazenda Municipal: esta com validade vencida.

Após a fase de lances e de habilitação, sagrou-se vencedora do Item 7 a empresa ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA, sendo então habilitada, e assim, declarada vencedora pelo Pregoeiro.

Não obstante a classificação e habilitação da referida empresa no processo licitatório, demonstrar-se-á que a mesma deve ser desclassificada no certame, uma vez que a Certidão Fazenda Municipal, apresentada pela recorrida encontra-se vencida (Emissão: 14/03/2023. Validade: 12/06/2023 – INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DO ANEXO ENVIADO PELA EMPRESA VIA SISTEMA COMPRASNET) conforme estipula o item do edital 15.3.1 (c.3), – Documentos Necessários para Habilitação do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2023.

Outro fato, na qual lhe foi solicitada no dia 10/08/2023 às 16:03:58 o envio dos documentos complementares e o mesmo não cumpriu o prazo estipulado pelo edital. Nos dias 11/08/2023 e 14/08/2023 foram abertas novamente a sessão com encerramento nos mesmos dias sem o recebimento dos documentos solicitados, sendo que o mesmo enviou no dia 14/08/2023 às 17:29:46 fora do prazo de duração da sessão. No dia 15/08/2023 a sessão foi novamente aberta porém com o aceite equivocado da documentação fornecida. Vale ressaltar que consta no edital (Item 14.4) o prazo de 2 horas, após convocação, para envio dos documentos.

Os itens 14.4 e 15.3.1 (c.3), do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2023, estipula o seguinte:

14.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

15.3.1 (c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

Não se pode ignorar o fato que houve a irregular habilitação da empresa ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA no certame, em clara violação ao Edital.

A inabilitação da Recorrida é medida que se impõe diante do fato de ter apresentado Certidão vencida e também envio de documentos quando solicitado fora do prazo estipulado, o que contraria não só o Edital do certame mas também o princípio da legalidade e o da isonomia, dentre outros.

Em virtude da indisponibilidade dos interesses públicos, a Administração não pode simplesmente empregar os recursos públicos sem critérios, privilegiando uns ou outros. Há de se perseguir a finalidade pública, dentro do primado da legalidade, igualdade, moralidade e eficiência.

Diante disso, é importante que se oportunize a todos os que tiverem interesse, o direito de competir nos certames para aquisições de bens ou serviços por parte do Poder Público.

Esta obrigatoriedade resulta de disposição constitucional (art. 37, inciso XXI, CF/88), observando-se os princípios gerais que regem a Administração Pública, dentro do trâmite especificamente aplicável ao procedimento licitatório, consoante a normatização presente na Lei nº 8.666/93.

Ora, o Poder Público não pode realizar contratações ou mantê-las com empresas que não preencham os requisitos de habilitação exigidos na licitação, se fizer isso macularia a probidade da gestão administrativa.

Portanto, a empresa ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA deixou de apresentar documento essencial solicitado em Edital e também quando convocado, não enviou anexos em tempo hábil como se pode comprovar em histórico/relatório do portal Comprasnet (Páginas 41 à 44), o que de plano impede a Administração Pública de

habilitá-la no certame.

Não pode a Administração Pública, no curso do processo de licitação, se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital.

Por essa razão, deve a empresa ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA ser inabilitada no certame, por ter apresentado a Certidão Fazenda Municipal, vencida no momento da sessão pública do Pregão e também não cumpriu com o prazo para envio de documentos quando solicitado.

Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. ,(in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

Dos fatos apresentados, verifica-se a legitimidade para recorrer, estando condicionado o Pregoeiro a aceitar as razões recursais.

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA RECORRER

O Recurso Administrativo, como corolário do duplo grau de jurisdição administrativo e do direito de petição, e de estrita observância aos princípios Constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, é a forma a ser utilizada pelo administrado no intuito de obter reforma de ato administrativo, devendo ser dirigido à autoridade competente.

"Constituição Federal de 1988:

.....

Artigo 5.º, LV – aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Artigo 5.º, XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

Assim, leciona Benedicto de Tolosa Filho, em sua obra "Pregão - Uma Nova Modalidade de Licitação", pg.78, in verbis:

"Quando houver irregularidade no procedimento da licitação, pela ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a abertura deverá promover sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, fundamentando sua decisão, observando o direito de ampla defesa previsto no art.49 da Lei Federal, nº 8666/93, o que resulta, evidentemente, na anulação do contrato."

Ainda cabe ressaltar o descrito na lei 8.666/93, que em seu art. 3º, Caput, preceituou expressamente que:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório,...".

Do pedido

Diante de todo o exposto, pleiteia-se respeitosamente à V. Sra. que seja conhecido o presente recurso, e no mérito julgado procedente, para inabilitar a empresa ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA, no procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital 21/2023, uma vez que não atendeu os itens 14.4 e 15.3.1 (c.3), do Edital.

São Gonçalo, 16 de Agosto de 2023

Thainá de Oliveira Israel

Voltar **Fechar**

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FeSaúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 990.12420/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

A empresa, TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF nº 19.623.312/0001-80, neste ato representada por THAINA DE OLIVEIRA ISRAEL, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, tendo em vista manifestação, tempestiva, emitida pela empresa ora recorrente, pelos motivos fáticos e de direito que passa a discorrer.

DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS

A ora requerente, participou do certame licitatório em questão, ocorrido no dia 24 de Julho de 2023 às 10 horas, cujo objeto é Registro de Preços AQUISIÇÃO MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS para atender as demandas das unidades da rede de Atenção à Saúde geridas pela Fe Saúde.

No transcorrer do pregão a empresa ora recorrente manifestou, tempestivamente, intenção de recorrer, como se demonstra:

" Sr. Pregoeiro, venho apresentar esta intenção de recurso por discordar da Habilitação da empresa, DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA pelo não cumprimento do Item 14.4 do edital no que diz "Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação"

Após a fase de lances e de habilitação, sagrou-se vencedora do Item 12 a empresa DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA, sendo então habilitada, e assim, declarada vencedora pelo Pregoeiro.

Não obstante a classificação e habilitação da referida empresa no processo licitatório, demonstrar-se-á que a mesma deve ser desclassificada no certame, uma vez que, lhe foi solicitada no dia 10/08/2023 às 16:05:03 o envio dos documentos complementares e o mesmo não cumpriu o prazo estipulado pelo edital. Nos dias 11/08/2023 e 14/08/2023 foram abertas novamente a sessão com encerramento nos mesmos dias sem o recebimento dos documentos solicitados, sendo que o mesmo enviou no dia 15/08/2023 às 14:42:30. No dia 15/08/2023 a sessão foi novamente aberta porém com o aceite equivocado da documentação fornecida. Vale ressaltar que consta no edital (Item 14.4) o prazo de 2 horas, após convocação, para envio dos documentos.

O item 14.4, do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2023, estipula o seguinte:

14.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

Não se pode ignorar o fato que houve a irregular habilitação da empresa DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA no certame, em clara violação ao Edital.

A inabilitação da Recorrida é medida que se impõe diante do fato de ter enviado documentos quando solicitado fora do prazo estipulado, o que contraria não só o Edital do certame mas também o princípio da legalidade e o da isonomia, dentre outros.

Em virtude da indisponibilidade dos interesses públicos, a Administração não pode simplesmente empregar os recursos públicos sem critérios, privilegiando uns ou outros. Há de se perseguir a finalidade pública, dentro do primado da legalidade, igualdade, moralidade e eficiência.

Diante disso, é importante que se oportunize a todos os que tiverem interesse, o direito de competir nos certames para aquisições de bens ou serviços por parte do Poder Público.

Esta obrigatoriedade resulta de disposição constitucional (art. 37, inciso XXI, CF/88), observando-se os princípios gerais que regem a Administração Pública, dentro do trâmite especificamente aplicável ao procedimento licitatório, consoante a normatização presente na Lei nº 8.666/93.

Ora, o Poder Público não pode realizar contratações ou mantê-las com empresas que não preencham os requisitos de habilitação exigidos na licitação, se fizer isso macularia a probidade da gestão administrativa.

Portanto, a empresa DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA deixou de apresentar documento essencial solicitado em Edital e quando convocado, não enviou anexos em tempo hábil como se pode comprovar em histórico/relatório do portal Comprasnet (Páginas 41 à 44), o que de plano impede a Administração Pública de habilitá-la no certame.

Não pode a Administração Pública, no curso do processo de licitação, se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital.

Por essa razão, deve a empresa DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA ser inabilitada no certame, por não cumprir com o prazo Item 14.4 do Edital para envio de documentos quando solicitado.

Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. ,(in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

Dos fatos apresentados, verifica-se a legitimidade para recorrer, estando condicionado o Pregoeiro a aceitar as razões recursais.

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA RECORRER

O Recurso Administrativo, como corolário do duplo grau de jurisdição administrativo e do direito de petição, e de estrita observância aos princípios Constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, é a forma a ser utilizada pelo administrado no intuito de obter reforma de ato administrativo, devendo ser dirigido à autoridade competente.

"Constituição Federal de 1988:

.....

Artigo 5.º, LV – aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Artigo 5.º, XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

Assim, leciona Benedicto de Tolosa Filho, em sua obra "Pregão - Uma Nova Modalidade de Licitação", pg.78, in verbis:

"Quando houver irregularidade no procedimento da licitação, pela ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a abertura deverá promover sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, fundamentando sua decisão, observando o direito de ampla defesa previsto no art.49 da Lei Federal, nº 8666/93, o que resulta, evidentemente, na anulação do contrato."

Ainda cabe ressaltar o descrito na lei 8.666/93, que em seu art. 3º, Caput, preceituou expressamente que:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório,....".

Do pedido

Diante de todo o exposto, pleiteia-se respeitosamente à V. Sra. que seja conhecido o presente recurso, e no mérito julgado procedente, para inabilitar a empresa DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA, no procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital 21/2023, uma vez que não atendeu o item 14.4, do Edital.

São Gonçalo, 16 de Agosto de 2023

Thainá de Oliveira Israel

[Voltar](#) [Fechar](#)

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FeSaúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 990.12420/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

A empresa, TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF nº 19.623.312/0001-80, neste ato representada por THAINA DE OLIVEIRA ISRAEL, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, tendo em vista manifestação, tempestiva, emitida pela empresa ora recorrente, pelos motivos fáticos e de direito que passa a discorrer.

DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS

A ora requerente, participou do certame licitatório em questão, ocorrido no dia 24 de Julho de 2023 às 10 horas, cujo objeto é Registro de Preços AQUISIÇÃO MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E COBERTURAS ESPECIAIS/CURATIVOS para atender as demandas das unidades da rede de Atenção à Saúde geridas pela Fe Saúde.

No transcorrer do pregão a empresa ora recorrente manifestou, tempestivamente, intenção de recorrer, como se demonstra:

" Sr. Pregoeiro, venho apresentar esta intenção de recurso por discordar da Habilitação da empresa, DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA pelo não cumprimento do Item 14.4 do edital no que diz "Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação"

Após a fase de lances e de habilitação, sagrou-se vencedora do Item 13 a empresa GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA, sendo então habilitada, e assim, declarada vencedora pelo Pregoeiro.

Não obstante a classificação e habilitação da referida empresa no processo licitatório, demonstrar-se-á que a mesma deve ser desclassificada no certame, uma vez que, lhe foi solicitada no dia 10/08/2023 às 16:08:08 o envio dos documentos complementares e o mesmo não cumpriu o prazo estipulado pelo edital. No dia 11/08/2023, a empresa GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA, apresentou às 17:39:48 fora do horário de sessão e também fora do prazo estipulado em edital documento incompleto de acordo com o solicitado pelo pregoeiro. No dia 14/08/2023 foram abertas novamente a sessão com encerramento no mesmo dia sem o recebimento dos documentos solicitados. No dia 15/08/2023 a sessão foi novamente aberta porém com o aceite equivocado da documentação fornecida. Vale ressaltar que consta no edital (Item 14.4) o prazo de 2 horas, após convocação, para envio dos documentos.

O item 14.4, do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2023, estipula o seguinte:

14.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

Não se pode ignorar o fato que houve a irregular habilitação da empresa GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA no certame, em clara violação ao Edital.

A inabilitação da Recorrida é medida que se impõe diante do fato de ter enviado documentos quando solicitado fora do prazo estipulado, o que contraria não só o Edital do certame mas também o princípio da legalidade e o da isonomia, dentre outros.

Em virtude da indisponibilidade dos interesses públicos, a Administração não pode simplesmente empregar os recursos públicos sem critérios, privilegiando uns ou outros. Há de se perseguir a finalidade pública, dentro do primado da legalidade, igualdade, moralidade e eficiência.

Diante disso, é importante que se oportunize a todos os que tiverem interesse, o direito de competir nos certames para aquisições de bens ou serviços por parte do Poder Público.

Esta obrigatoriedade resulta de disposição constitucional (art. 37, inciso XXI, CF/88), observando-se os princípios gerais que regem a Administração Pública, dentro do trâmite especificamente aplicável ao procedimento licitatório, consoante a normatização presente na Lei nº 8.666/93.

Ora, o Poder Público não pode realizar contratações ou mantê-las com empresas que não preencham os requisitos de habilitação exigidos na licitação, se fizer isso macularia a probidade da gestão administrativa.

Portanto, a empresa GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA deixou de apresentar documento essencial solicitado em Edital e quando convocado, não enviou anexos em tempo hábil como se pode comprovar em histórico/relatório do portal Comprasnet (Páginas 41 à 44), o que de plano impede a Administração Pública de habilitá-la no certame.

Não pode a Administração Pública, no curso do processo de licitação, se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital.

Por essa razão, deve a empresa GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA ser inabilitada no certame, por não cumprir com o prazo Item 14.4 do Edital para envio de documentos quando solicitado.

Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. ,(in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

Dos fatos apresentados, verifica-se a legitimidade para recorrer, estando condicionado o Pregoeiro a aceitar as razões recursais.

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA RECORRER

O Recurso Administrativo, como corolário do duplo grau de jurisdição administrativo e do direito de petição, e de estrita observância aos princípios Constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, é a forma a ser utilizada pelo administrado no intuito de obter reforma de ato administrativo, devendo ser dirigido à autoridade competente.

"Constituição Federal de 1988:

.....

Artigo 5.º, LV – aos litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Artigo 5.º, XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder".

Assim, leciona Benedicto de Tolosa Filho, em sua obra "Pregão - Uma Nova Modalidade de Licitação", pg.78, in verbis:

"Quando houver irregularidade no procedimento da licitação, pela ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a abertura deverá promover sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, fundamentando sua decisão, observando o direito de ampla defesa previsto no art.49 da Lei Federal, nº 8666/93, o que resulta, evidentemente, na anulação do contrato."

Ainda cabe ressaltar o descrito na lei 8.666/93, que em seu art. 3º, Caput, preceituou expressamente que:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório,....".

Do pedido

Diante de todo o exposto, pleiteia-se respeitosamente à V. Sra. que seja conhecido o presente recurso, e no mérito julgado procedente, para inabilitar a empresa GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA, no procedimento licitatório Pregão Eletrônico Edital 21/2023, uma vez que não atendeu o item 14.4, do Edital.

São Gonçalo, 16 de Agosto de 2023

Thainá de Oliveira Israel

Voltar Fechar



Assessoria Jurídica

PROMOÇÃO Nº 001 /FESAÚDE/ASJUR/2023 - MVSF

Trata-se de análise jurídica de recurso da empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA** em face da habilitação das empresas **DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA**, **ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA** e **GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALA**, respectivamente vencedoras dos itens 12, 13 e 14, no Pregão Eletrônico nº 021/2023, sob a alegação de não atendimento ao Edital.

O recurso foi apresentado de forma tempestiva, sem constar juntada de contra razões.

I - DO RECURSO APRESENTADO:

A empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, em seu recurso, alega que as empresas supramencionadas, habilitadas no referido Pregão, não atendeu ao disposto no Item 14.4 do Instrumento Convocatório, que assim dispõe:

14.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.;



Assessoria Jurídica

Nesse contexto, surgem as questões trazidas por esta r. Supervisão de Licitação sobre os temas a seguir: diligências realizadas por parte do Pregoeiro e prorrogação do prazo de envio de documentos.

II – FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - 1. DA DILIGÊNCIA

A Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 8.666/1993, permite a realização de diligências quando houver qualquer dúvida relativa a documentos de habilitação, dados, informações ou propostas, conforme se observa em seu art. 43, §3º:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ressalta-se que não se trata da apresentação de novos documentos, o que é vedado pelo arcabouço jurídico, mas sim da apresentação de um documento ausente, comprobatório de uma condição do licitante. Corroborando esse entendimento, trazemos à baila o Acórdão nº. 1211/2021, do Tribunal de Contas da União:



Assessoria Jurídica

ACÓRDÃO 1211/2021 - PLENÁRIO

RELATOR

WALTON ALENCAR RODRIGUES

PROCESSO

018.651/2020-8 launch

TIPO DE PROCESSO

REPRESENTAÇÃO (REPR)

DATA DA SESSÃO

26/05/2021

NÚMERO DA ATA

18/2021 - Plenário

ASSUNTO

Representação acerca de possível irregularidade em pregão eletrônico destinado à contratação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento/manutenção de sistemas e soluções de tecnologia da informação. Análise da oitiva.

SUMÁRIO

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de**



Assessoria Jurídica

habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Basis Tecnologia da Informação S.A., com solicitação de adoção de medida cautelar para suspensão do certame, noticiando irregularidade no âmbito do Pregão Eletrônico SRP 11/2020, promovido pela Diretoria de Abastecimento da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada, ante a revogação do certame em 26/5/2020;

9.3. dar ciência à Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM) de que a abertura de nova oportunidade pelo Pregoeiro, no dia 05/05/2020, às 09:57:25hs, após iniciada a fase de julgamento de propostas, para que todos que os licitantes enviassem a documentação exigida no edital para fins de habilitação, sem que o ato fosse devidamente fundamentado, com a especificação dos erros e falhas passíveis de saneamento, dentro da margem de correção possibilitada pelos normativos incidentes, afrontou o previsto no art. 8º, inciso XII, alínea "h", e no art. 47 do Decreto 10.024/2019, bem como os princípios da transparência e da equidade;

9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) , não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;

(...) “ (g.n.)



Assessoria Jurídica

Corroborando com entendimento de que devem ser realizadas diligências pelo pregoeiro, para o saneamento de eventuais erros, falhas e lacunas, a Nova lei de licitações, Lei nº. 14.133/2021, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Além disso, é relevante mencionar que a Lei 10.520/2002, ao dispor sobre a fase externa do pregão, não proíbe a complementação da documentação de habilitação.

Assim, da interpretação sistemática dos dispositivos, tem-se que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação, não alcançando documento ausente que se refira à condição atendida no momento de apresentação da proposta, não entregue juntamente com os demais documentos de habilitação e da proposta por equívoco ou falha.

2.2 – PRAZO ESTENDIDO P/ ME E EPPS.

Destaca-se ainda o exposto à Lei Complementar nº 123 de 2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das contratações administrativas.

Em seu art. 43, §1º, se vê expressa condição especial dispostas à tais entes, e que, no caso concreto, servem como norte para justificar a habilitação das empresas aqui questionadas, conforme se vê a seguir:



Assessoria Jurídica

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Assim, caso ocorra a apresentação de certidões, mesmo que positivas quanto débito ou fora da devida validade, estas poderão gozar de um prazo estendido de adequação desde que, e conforme se verifica no caso das empresas recorridas, advenham de ME ou EPP, evidenciando-se a prevalência do interesse legal na busca da vantajosidade administrativa, ainda que respeitada a isonomia aplicada às licitações, em face de aferição meramente formalista.

III – DA ANÁLISE

3.1 - DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA EPP.

O recurso em análise indica a inabilitação da citada empresa em razão desta não ter apresentado à data de 10/08/23 documento complementar, tendo sido reaberta a sessão aos dias 11 e 14, sem, igualmente, ter sido verificado o cumprimento da referida requisição.

Ocorre que a certidão em questão referente à negativa de falência foi apresentada na sessão inicial em 24/07/2023, estando, naquele período, ainda no curso de sua validade, vindo somente a se encerrar em 11/08/2023. As aberturas de sessões seguintes, portanto,



Assessoria Jurídica

refletem integralmente o propósito complementar da medida, haja vista o fato de a empresa estar devidamente habilitada quando da abertura inicial, e, assim, amparada pelos supramencionados ditames trazidos às Leis 8666/93, em seu art. 43, §3º, e 14.133/2021, em seu art. 64.

3.2 - ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME.

Foi apontado que a referida empresa apresentou documentação com validade vencida, sendo esta a Certidão Negativa de Débitos Municipais, observando-se em seu conteúdo a inexistência, de fato, de débitos em seu nome, o que, posteriormente, foi ratificado através de certidão complementar anexada de maneira atualizada com data de expedição em 21/08/2023.

De igual maneira, foram apresentadas Declarações de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais e de Modelo de Declaração de Optante pelo Simples fora da sessão inaugural, salientando-se, todavia, nos instrumentos trazidos à 14/08/2023, que a referida empresa atendia aos requisitos buscados já à data em que se sagrou vitoriosa, à saber, 24 de julho do presente ano.

Em ambos os casos esta Asjur entende que a observância do princípio administrativo da *vantajosidade*, *que*, sublinhe-se, não se resume a mera análise econômica das ofertas, mas no conjunto de fatores essenciais à prestação do melhor serviço ao Município, tais como qualidade, eficiência e celeridade, combinado à busca pela verdade real exposta pelo ato administrativo, deve se sobrepor ao simples formalismo dogmático, permitindo, assim, a adoção de tais documentos fora dos prazos mencionados.

Especificamente em relação à Certidão Negativa de Débitos Municipais, contudo, é importante salientar que, de modo a legitimar este ato, faz-se necessária a devida fundamentação realizada pela Pregoeira, explicitando, no corpo do processo, a vantajosidade inafastável da contratação, medida esta não identificada.



Assessoria Jurídica

Destaca-se, ainda, o exposto no art. 43, §3º, do Dec. 10.024/19, que dá à verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões valor legal de prova para fins de habilitação, cabendo sua demonstração no feito como mais uma forma de legitimação da medida adotada.

Já em relação às declarações de não contribuinte do iss e taxas municipais, e optante pelo Simples, entendemos que não possuem impacto significativo à contratação ou capacidade de alteração substancial às propostas dadas, e, portanto, nos remetemos novamente ao vasto entendimento jurisprudencial resumido pelo Acórdão 1211/2021 do TCU, onde se vê garantida a possibilidade de saneamento de falhas ou lacunas por parte da Pregoeira em diligência.

3.3 - GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI ME.

Assim como no caso anterior, a ora recorrente identifica o atraso na apresentação das Declarações de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais e de Modelo de Declaração de Optante pelo Simples, tendo sido entregues, de maneira completa, somente à data de 15/08/2023, fora do horário estipulado em edital.

Repisamos, portanto, o entendimento supracitado que destaca a preponderância do princípio administrativo da vantajosidade em relação ao formalismo rígido que fixa a legitimidade do mencionado ato à entrega dentro dos padrões pré-estabelecidos ao edital sem considerar a prerrogativa saneadora existente nas diligências autorizadas em Lei e jurisprudência.



Assessoria Jurídica

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina esta Assessoria Jurídica pela legitimidade das diligências realizadas, bem como, no caso da empresa **DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA EPP.**, da aceitação dos documentos de habilitação complementares apresentados fora do prazo inicialmente estipulado, por tratar-se de erros formais de falhas sanáveis quando da entrega do referido documento.

No tocante às empresas **ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME.** e **GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI ME**, entendemos pela possibilidade de aproveitamento das referidas declarações de não contribuinte do iss e taxas municipais, e optante pelo Simples, haja vista serem documentos sem impacto às propostas e tendo sido devidamente sanados.

Por fim, sobre a Certidão de Débitos Municipais apresentada pela empresa **ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**, entendemos pela aplicação do princípio da vantajosidade e do saneamento mediante consulta prévia a sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, desde que tal realidade seja devidamente esmiuçada em fundamentação expressa, exarada pela Pregoeira ou órgão competente.

Ressalta-se, por fundamental, que todas as informações prestadas pelos órgãos envolvidos no presente procedimento são da responsabilidade exclusiva de seus titulares, presumindo-se que os dados, oficialmente informados, tenham sido resultado de criterioso trabalho técnico dentro das atribuições de cada setor, sendo certo que eventuais erros materiais que não venham repercutir no âmbito jurídico do presente, foram desprezados da manifestação ora elaborada.



Assessoria Jurídica

Saliente-se, por derradeiro, que não foram analisados os aspectos técnicos e financeiros do presente caso, o que exorbita às atribuições deste órgão consultivo, restringindo-se a análise única e exclusivamente em seus aspectos jurídico-formais.

À Diretoria de Administração e Finanças, em prosseguimento.

Niterói, 30 de agosto de 2023

MARCUS VINÍCIUS DE SOUZA FARIAS
ASSESSOR JURÍDICO
Assessoria Jurídica da FeSaúde
Mat. FeSaúde. 1032-4 OAB/RJ 159.793



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2023

Processo Administrativo n.º 990.12420/2023

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 021/2023 (Processo Administrativo n.º 990.12420/2023)

RECORRENTE: TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA

RECORRIDO: MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA

Trata-se de recurso interposto pela empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.623.312/0001-80 contra a classificação/habilitação da empresa **MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.686.119/0001-60, no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 021/2023, que tem como objeto escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de equipamentos médicos hospitalares para atender a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Programa Médico de Família (PMF) do Município de Niterói e que estão contratualizados com a Fundação Estatal de Saúde (FeSaúde), conforme as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

Preliminarmente, o recurso interposto e as contrarrazões foram apresentados tempestivamente.

A **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, alegou, em apertada síntese, que “a empresa **MARCOS RIBEIROE CIA LTDA**, CNPJ: 46.686.119/0001-60 que teve sua proposta aceita não atende ao edital em virtude do equipamento apresentado não possuir em suas especificações técnicas a seguinte função (Display com 06 dígitos em LCD com backligth) exigida no termo referência. Sendo assim, o produto ofertado não esta de acordo com as determinações editalícias, e dessa forma, compromete-se a isonomia da licitação.”; e que “o concorrente que teve sua proposta aceita e habilitada no item 04 não apresentará os produtos em conformidade com o edital e suas propostas (conforme se demonstra pelos catálogos enviados), além de não vincular-se ao edital, está tendo tratamento diferenciado em relação aos demais concorrentes, infringindo-se assim, o princípio da igualdade, já que suas propostas foram aceitas mesmo em



desconformidade.”.

Já a empresa **MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA**, sustenta em suas contrarrazões, em suma, que *“O produto ofertado pela Recorrida atende perfeitamente as exigências, na sua integralidade, seja quanto a capacidade, dimensão, componentes, voltagem, dimensões ou qualquer outro aspecto exigido no edital. Por tratar-se de empresa fabricante do produto ofertado, possui possibilidades diversas de configuração do produto, inviabilizando lançar no catálogo todas as características possíveis, já que são inúmeras as possibilidades e opcionais que podem ser incluídos no produto, Ora, no site e catalogo consta a mensagem de medidas, configurações e opcionais personalizadas, possibilitando a produção de um produto de acordo com a necessidade do cliente. (PERSONALIZADO) Nota-se claramente que no manual constante no site há descrição que o display de Cristal Líquido (LCD) com 06 dígitos”; e que “Todas as exigências podem e serão atendidas em 100 % (cem por cento) de seus requisitos, posto que a recorrente é a própria fábrica, logo tem a aptidão e a capacidade técnica para oferecer os produtos como foram e são exigidos, independentemente do item solicitado e suas características.”.*

Passo à apreciação do mérito.

A respeito do questionamento que, em síntese, indica que o *“equipamento apresentado pela recorrida não possuir em suas especificações técnicas a seguinte função (Display com 06 dígitos em LCD com backligth) exigida no termo referência”*, a Gerência de Administração desta Fundação analisou com cuidado, novamente, a proposta aceita.

Após a reanálise da proposta encaminhada pela recorrida, chegou-se à conclusão de que as descrições estão de acordo com o Termo de Referência e a função *“Display com 06 dígitos em LCD com backligth”* está presente da proposta mencionada. De igual maneira, verifica-se pelas imagens encaminhadas pelo recorrido que o material ofertado está consoante com as características requisitadas no Edital.



A fim que não parem dúvidas sobre a decisão tomada, o documento com as imagens estará disponível no sítio eletrônico desta Fundação, para acesso de todos. Ainda, informamos que as entregas serão feitas conforme necessidade da Administração Pública, por se tratar de registro de preços, e que franquearemos o acesso para verificação do material para os interessados.

Assim, afasto a alegação da RECORRENTE de que a empresa deveria ter a proposta desclassificada e mantenho a minha decisão de **CLASSIFICAR** e **HABILITAR** a empresa **MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA**.

Por fim, encaminho juntamente as razões do recurso das empresas **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA** e as contrarrazões da empresa **MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA**, bem como a decisão desta Pregoeira, para a autoridade superior da Fundação Estatal de Saúde de Niterói julgá-los, nos termos do artigo 13, IV do Decreto nº 10.024/2019.

Niterói, 30 de agosto de 2023.

Mainá Barcelos de Andrade Ferreira
Pregoeira



DECISÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 021/2023 (Processo Administrativo n.º 990.12420/2023)

RECORRENTE: TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA

RECORRIDO: MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA

Tendo em vista o que foi apresentado pela Recorrente e pela Recorrida em suas respectivas manifestações, nos autos do procedimento licitatório eletrônico em epígrafe, e, ainda, a improcedência de todas as alegações que foram aduzidas objetivando a reforma da decisão da pregoeira, decido por **RATIFICAR** o julgamento proferido pela agente competente e **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo apresentado pela empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, à vista do que consta dos autos e pelas razões de fato e fundamentos de direitos apresentados.

Assim, **MANTENHO A DECISÃO** que declarou como vencedora do Pregão Eletrônico n.º 021/2023, a empresa **MARCOS RIBEIRO & CIA LTDA** e, em cumprimento ao que determina o artigo 45, do Decreto n.º 10.024/2019, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 021/2023.

Niterói, 30 de agosto de 2023.

Orlando da Silva Pavan Junior
Diretor de Administração e Finanças
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde

RATIFICO:

Pedro Gilberto Alves de Lima
Diretor Geral
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2023
Processo Administrativo n.º 990.12420/2023

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 021/2023 (Processo Administrativo n.º 990.12420/2023)

RECORRENTE: TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA

RECORRIDOS: DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA; ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA; e GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR, respectivamente vencedoras dos itens 07, 12 e 13, no Pregão Eletrônico n.º 021/2023

Trata-se de recurso interposto pela empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.623.312/0001-80 contra a classificação/habilitação das empresas **DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA; ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA; e GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR**, respectivamente vencedoras dos itens 07, 12 e 13, no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 021/2023, que tem como objeto escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de equipamentos médicos hospitalares para atender a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Programa Médico de Família (PMF) do Município de Niterói e que estão contratualizados com a Fundação Estatal de Saúde (FeSaúde), conforme as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

Preliminarmente, o recurso interposto e as contrarrazões foram apresentados tempestivamente.

A **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, alegou, em apertada síntese, que não foi observado o disposto no Item 14.4 do Instrumento Convocatório, a



saber, *“Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação”*.

As aludidas empresas não apresentaram contrarrazões dentro do prazo estipulado.

Passo à apreciação do mérito.

Para fins didáticos, iremos tratar separadamente dos argumentos da empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA.**

I) DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA EPP:

O recurso em análise indica a inabilitação da citada empresa em razão desta não ter apresentado à data de 10/08/23 documento complementar, tendo sido reaberta a sessão aos dias 11 e 14, sem, igualmente, ter sido verificado o cumprimento da referida requisição.

Ocorre que a certidão em questão referente à negativa de falência foi apresentada na sessão inicial em 24/07/2023, estando, naquele período, ainda no curso de sua validade, vindo somente a se encerrar em 11/08/2023. As aberturas de sessões seguintes, portanto, refletem integralmente o propósito complementar da medida, haja vista o fato de a empresa estar devidamente habilitada quando da abertura inicial, e, assim, amparada pelos ditames trazidos às Leis 8.666/93 e Lei Complementar nº 123 de 2006, em especial seu art. 43, §1º, sendo ele: *“§1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para*



regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa”.

Portanto, cabe a aceitação dos documentos de habilitação complementares apresentados fora do prazo inicialmente estipulado, por tratar-se de erros formais de falhas sanáveis quando da entrega do referido documento e dentro do novo prazo legal.

II) ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME e GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI ME.

Foi apontado que a primeira empresa apresentou documentação com validade vencida, sendo esta a Certidão Negativa de Débitos Municipais, observando-se em seu conteúdo a inexistência, de fato, de débitos em seu nome, o que, posteriormente, foi ratificado através de certidão complementar anexada de maneira atualizada com data de expedição em 21/08/2023.

De igual maneira, foram apresentadas Declarações de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais e de Modelo de Declaração de Optante pelo Simples fora da sessão inaugural, salientando-se, todavia, nos instrumentos trazidos à 14/08/2023, que a referida empresa atendia aos requisitos buscados já à data em que se sagrou vitoriosa, à saber, 24 de julho do presente ano. Quanto às Declarações de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais e de Modelo de Declaração de Optante pelo Simples também abrange a segunda empresa desse tópico.

Pois bem. Em resposta à consulta formulada, o setor de assessoramento jurídico desta Fundação se pautou no art. 43, §3º, do Dec. 10.024/19, para indicar que cabe a verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões valor legal de prova para fins de habilitação, cabendo sua demonstração no feito como mais uma forma de legitimação da medida adotada.



Portanto, esta Pregoeira, embora não tenha inserido a informação no mural do certame sobre a consulta à validade da certidão, consultou o portal municipal e verificou a certidão negativa de débitos, não restando dúvidas sobre a habilitação da aludida empresa.

Por sua vez, em relação às declarações de não contribuinte do ISS e taxas municipais, e optante pelo Simples, entendemos que não possuam impacto significativo à contratação ou capacidade de alteração substancial às propostas dadas, se remetemos ao vasto entendimento jurisprudencial resumido pelo Acórdão 1211/2021 do TCU, onde se vê garantida a possibilidade de saneamento de falhas ou lacunas por parte da Pregoeira em diligência, o que ocorreu.

Assim, afasto a alegação da RECORRENTE de que a empresa deveria ser inabilitada e mantenho a minha decisão de **CLASSIFICAR** e **HABILITAR** as empresas **DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA; ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA;** e **GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR.**

ENCAMINHO juntamente as razões do recurso da empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA** e a Promoção n.º 001/FESAÚDE/ASJUR/2023/MVSF da Assessoria Jurídica, bem como a decisão desta Pregoeira, para a autoridade superior da Fundação Estatal de Saúde de Niterói julgá-los, nos termos do artigo 13, IV do Decreto n.º 10.024/2019.

Niterói, 30 de agosto de 2023.

Mainá Barcelos de Andrade Ferreira
Pregoeira

DECISÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 021/2023 (Processo Administrativo n.º 990.12420/2023)

RECORRENTE: TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA

RECORRIDOS: DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA; ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA; e GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR, respectivamente vencedoras dos itens 07, 12 e 13, no Pregão Eletrônico n.º 021/2023

Tendo em vista o que foi apresentado pela Recorrente nos autos do procedimento licitatório eletrônico em epígrafe, e, ainda, a improcedência de todas as alegações que foram aduzidas objetivando a reforma da decisão da pregoeira, decido por **RATIFICAR** o julgamento proferido pela agente competente e **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo apresentado pela empresa **TO ISRAEL COMÉRCIO HOSPITALAR LTDA**, à vista do que consta dos autos e pelas razões de fato e fundamentos de direitos apresentados.

Assim, **MANTENHO A DECISÃO** que declarou como vencedoras do Pregão Eletrônico n.º 021/2023, as empresas **DONEGATE DISTRIBUIDORA LTDA; ALTERNATIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA; e GEV COMERCIO, SERVICOS, DISTRIBUICAO, MANUTENCAO E LOCACAO DE MATERIAL HOSPITALAR** e, em cumprimento ao que determina o artigo 45, do Decreto n.º 10.024/2019, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 021/2023.

Niterói, 30 de agosto de 2023.

Orlando da Silva Pavan Junior
Diretor de Administração e Finanças
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde

RATIFICO:

Pedro Gilberto Alves de Lima
Diretor Geral
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde